



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XX — N.º 58

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 1966

ATA DA 80ª SESSÃO CONJUNTA, EM 2 DE SETEMBRO DE 1966

3ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR.: GUIDO MONDIN

Goldwasser Santos.
José Oulomard.
Oscar Passos.
Vivaldo Lima.
Edmundo Levi.
Arthur Virgílio.
Martins Júnior.
Pedro Carneiro.
Moura Palha.
Eugênio Barros.
Joaquim Parente.
Alfredo Pacheco.
Menezes Pimentel.
Wilson Gonçalves.
José Bezerra.
Manoel Vilça.
Silvestre Péricles.
Heribaldo Vieira.
Júlio Leite.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Josephat Marinho.
Paulo Barros.
Raul Giuberti.
Afonso Arinos.
Aurélio Vianna.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lino de Mattos.
José Elias.
Filinto Müller.
Mello Braga.
Celso Branco.
Artílio Fontana.
Guido Mondin.
Daniel Krieger.
Mem de Sá (30).

F os Srs. Deputados:

Acre:

Alcino Machado — PTB.
Armando Leite — PSD.
Geraldo Mesquita — PSD.
Jorge Kalume — PSD.
Mário Maia — PTB.
Rui Lino — PTB.
Wanderley Dantas — PSD.

Amazonas:

Abramo Sabbá — PSD.
Djalma Passos — PTB.
João Veiga — PTB.
Leopoldo Peres — PSD.
Manoel Barbuda — PTB.
Paulo Coelho — PDC.
Wilson Calmon — PSP (23-9-65).

Para:

Adriano Gonçalves — UDN (10 de setembro de 1965).
Armando Corrêa — PSD.
Buramaqui de Miranda — PSD.
Gabriel Hermes — UDN.
João Menezes — PSD.
Lono Castro — PSP.
Stélio Maroja — PSP.
Carvalho da Silva.

CONGRESSO NACIONAL

Maranhão:

Maranhão:

Joel Barbosa — PSD.

Piauí:

Chagas Rodrigues — PTB.
Dyrno Pires — PSD.
Ezaquias Costa — UDN.
Gayoso e Almendra — PSD.
Heitor Cavalcanti — UDN.
Laurentino Pereira — PSD (6 de outubro de 1965).
Moura Santos — PSD.
Souza Santos — UDN.

Ceará:

Alfredo Barreira — UDN (30-9-65).
Alvaro Lima — PTB.
Dagor Serra — PTB (22-10-65).
Edison Melo Tavora — UDN.
Esmerino Arruda — PSD.
Flávio Marçilio — PTB.
Francisco Adcedato — PTM.
Furtado Leite — UDN.
Leão Sampaio — UDN.
Lorenço Colares — UDN.
Martins Rodrigues — PSD.
Oziris Pontes — PTB.
Ubirajara Ceará — PRP.

Paraná:

Eraany Sátiro — UDN.
Flaviano Ribeiro — UDN.
Humberto Lucena — PSD.
Raul de Góes — UDN.

Pernambuco:

Aderbal Jurema — PSD.
Aide Sampaio — UDN.
Andrade Lima Filho — PTB.
Arruda Câmara — PDC.
Augusto Novaes — UDN.
Aurino Valois — PTB.
Bezerra Leite — PTB.
Costa Cavalcanti — UDN.
Geraldo Guedes — PSD.
José Carlos Guerra — UDN.
Luiz Pereira — PST.
Magalhães Melo — UDN.
Milveres Lima — PTB.
Ney Maranhão — PTB.
Nino Coelho — PSD.
Tabosa de Almeida — PTB.

Alagoas:

Aloysio Nonô — PTB.
Miguel Neto — PSD.
Pereira Lúcio — UDN.

Sergipe:

Arnaldo Garcez — PSD.
Francisco Macedo — PTB.
José Carlos Teixeira — PSD.
Lourival Batista — UDN.
Walter Batista — PSD.

Bahia:

Aloysio Short — UDN (4-12-65).
Antônio Carlos Magalhães — UDN.
Aloisio de Castro — PSD.
Clemens Sampaio — PTB.

Cícero Dantas — SP.
Edgard Pereira — PSD.
Edvaldo Flores — UDN (4-12-65).
Heitor Dias — UDN.
João Alves — PTB.
Josephat Azevedo — PTN.
Josephat Borges — PSD.
Luna Freire — PTB.
Manoel Novaes — PTB.
Manoel Cabral — PTB.
Nery Novaes — PTB.
Oscar Cardoso — UDN.
Raimundo Brito — PTB.
Regis Pacheco — PSD.
Ruy Santos — UDN.
Teófilo de Albuquerque — PTB.
Vasco Filho — UDN.
Vieira de Melo — PSD.
Oantão Pedreira — PTB.

Espírito Santo:

Argilano Dario — PTB.
Bagueira Leal — UDN.
Dirceu Cardoso — PSD.
Dulcino Monteiro — UDN.
Oswaldo Zanelli — PRP.
Raymundo de Andrade — PTN.

Rio de Janeiro:

Adalberto Fernandes.
Adeolpho Oliveira — UDN.
Afonso Celso — PTB.
Ario Theodoro — PTB.
Bernardo Bello — PSP.
Carlos Werneck — PDC.
Dado Coimbra — PSD.
Edésio Nunes — PTB.
Fontes Torres — PSB.
Gerenuas Fontes — PDC.
Humberto El Jaick.
Jorge Said-Cury — PTB.
Josemaria Ribeiro — PTB.
Raymundo Padilha — UDN.
Roberto Saturnino — PSE.

Goias:

Adauto Cardoso — UDN.
Afonso Arinos Filho — PDC.
Alomar Bakiere — UDN.
Arnaldo Nogueira — UDN.
Aureo Melo — PTB.
Berta Alves — PTB.
Benjamin Farah — PTB.
Breno da Silveira — PTB.
Cardoso de Menezes — UDN.
Eurico Oliveira — PTB.
Exequio Rodrigues — PTB.
Jamil Amtier — PTB.
Nelson Carneiro — PSD.
Noronha Filho — PTB.

Minas Gerais:

Adair Murta — UDN (4-12-65).
Abel Balas — PRP.
Amantas de Barros — PSD.
Bias Fortes — PSD.
Carlos Aurito — PSD.
Celso Murta — PSD.
Celso Generoso — PDC (4-12-65).
Dnar Mendes — UDN.
Guilhermino de Oliveira — PSD.
Gustavo Capanema — PSD.
Jaeder Albergaria — PSD.
José Humberto — UDN.

Manoel de Almeida — PSD.
Nogueira de Rezende — PR.
Ormeo Botelho — UDN.
Oscar Corrêa — UDN.
Ozanam Coelho — PSD.
Padre Nobre — PTB.
Padre Vidigal — PSD.
Paulo Freire — PTB.
Pedro Aleixo — UDN.
Pinheiro Chagas — PSD.
Rondon Pacheco — UDN.
Uílmo de Carvalho — PSD.
Walter Passos — PR.

São Paulo:

Adrião Bernardes — PST.
Aiceu de Carvalho — PTB.
Anis Badra — PDC.
Antônio Feliciano — PSD.
Athé Coury — PDC.
Babista Ramos — PTB.
Caropos Vergal — PSP.
Celso Amaral — PTB.
Condeixa Filho — PSP (S.E.).
Cunha Bueno — PSD.
Dias Menezes — PTN.
Derville Allegretti — MTR.
Ewald Sinto — MTR.
Franco Monteiro — PDC.
Harry Normaton — PSP.
Hamilton Prado — PTN.
Hélio Maghenzani — PTB.
Italo Fittipaldi — PSP.
João Lishôa — PTB.
José Barçosa — PTB.
Lacôrte Vilale — PTB.
Lauro Cruz — UDN.
Levy Tavares — PSD.
Mário Covas — PST.
Maurício Goulart — PTN.
Nicolau Thuma — UDN.
Paulo Lauro — PSP.
Pinheiro Brisolia — PSP.
Plínio Salgado — PRP.
Teófilo Andrade — PDC.
Tufy Nassif — PTN.
Ulysses Guimarães — PSD.

Goias:

Anísio Rocha — PSD.
Benedito Vaz — PSD.
Castro Costa — PSD.
Celestino Filho — PSD.
Geraldo de Pina — PSD.
José Cruciano — PSD (4-12-65).
Lishôa Machado — UDN (11-11-65).
José Freire — PSD.
Rezende Monteiro — PTB.
Lizandro Paixão — PTB (9-12-65).

Mato Grosso:

Miguel Marcondes — PTB.
Ponce de Arruda — PSD.
Rachid Mamed — PSD.

Paraná:

Acceloty Filho — PDC.
Antônio Annibelli — PTB.
Emílio Gomes — PDC.
Ivan Luz — PRP.
Lyrio Bertolli — PSD.
Maia Neto — PTB.

Santa Catarina:

Antônio Almeida — PSD.
Carneiro de Loyola — UDN.
Lenoir Vargas — PSD.
Osni Régis — PSD.

Rio Grande do Sul:

Adílio Viana — PTB.
 Afonso Anshau — PRP.
 Ary Alcântara — PSD.
 Brito Velho — PL.
 Cesar Prieto — PTB.
 Cid Furtado — PDC.
 Clóvis Pestana — PSD.
 Croacy de Oliveira — PTB.
 Euclides Triches — PDC.
 Flores Soares — UDN.
 Floriceno Paixão — PTB.
 Giordano Alves — PTB.
 Jairo Brum — MTR.
 José Mandelli — PTB.
 Lino Braun — PTB.
 Luciano Machado — PS.
 Marcial Terra — PSD (M.E.).
 Matheus Schmidt — PTB.
 Norberto Schmidt — PL.
 Osmar Grafulha — PTB.
 Peracchi Barcelos — PSD.
 Raul Pila — PL.
 Ruben Alves — PTB.
 Unirio Machado — PTB.
 Zaire Nunes — PTB.

Amapá:

Dalton Lima — PSP (27-11-65).

Rondônia:

Hegel Morhy — PSP (237).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — As listas de presença acusam o comparecimento de 38 Srs. Senadores e 237 Srs. Deputados.

Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte:

RELATÓRIO

Nº 76, de 1965

Da Comissão Mista encarregada de relatar o veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1965 (nº 2.753-B-65, na Câmara), que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências.

Relator: Deputado Dirceu Cardoso

No uso das atribuições que foram conferidas pelos artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República vetou, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.753-B-65 (no Senado número 108-65), que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências.

ORIGEM DO PROJETO

O projeto é originário do Poder Executivo que, pela Mensagem número 160, de 9 de abril do ano em curso, a submeteu à apreciação do Congresso Nacional, na forma do art. 4º, "caput", do Ato Institucional, acompanhado de Exposição de Motivos do Ministro da Educação e Cultura.

TRAMITAÇÃO DO PROJETO

A proposição foi aprovada, em seus termos originais, pelas Comissões de Constituição e Justiça, da Educação e Cultura e de Finanças da Câmara dos Deputados, tendo sido encaminhada ao Senado Federal, em 25 de maio do ano em curso. Nesta Casa do Congresso Nacional, o projeto, que recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, foi aprovado com uma emenda de autoria do Sr. Senador Raul Giuberti.

Determina esta emenda que "dentro do prazo de trinta dias a partir da vigência da presente Lei a Congregação da Escola encaminhará a

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
 MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
 FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50	Semestre	Cr\$ 39
Ano	Cr\$ 96	Ano	Cr\$ 78
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136	Ano	Cr\$ 108

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

lista mencionada na letra "a". A letra "a" a que se refere a emenda dispõe que o Presidente, um dos que dirigem a Fundação, "será o Diretor da Escola nomeado pelo Presidente da República, de uma lista triplice de 3 (três) professores catedráticos, eleitos pela Congregação, em três escrutínios, por votação uninominal e secreta".

Justificando a emenda, seu autor declara que a fixação do prazo para a apresentação da lista triplice tem por finalidade evitar um hiato nas atividades administrativas, sempre prejudiciais aos interesses da Escola. "Se não houver uma delimitação de prazo para esse fim, prossegue o mesmo autor da emenda, pode ocorrer que entraves de natureza burocrática prolonguem por tempo excessivo a remessa da lista triplice à consideração do Sr. Presidente da República". Casos semelhantes a essa hipótese, arremata a justificativa da emenda, verificáveis em outras organizações, fundamentam-na plenamente.

A emenda do Senado foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

O VETO E SUAS RAZÕES

O Sr. Presidente da República fez incidir o veto, justamente, sobre a única alteração introduzida ao seu projeto pelo Congresso Nacional, ou seja, sobre a emenda acima referida, ao parágrafo único do artigo 9º, por considerá-la contrária aos interesses nacionais.

Justificando o veto, assim declarou o Sr. Presidente da República:

"O parágrafo vetado conflita com outros dispositivos do projeto, uma vez que estabelece prazo de 30 dias para que a Congregação da Escola encaminhe a lista de 3 (três) professores, dentre os quais será escolhido o Presidente da Fundação, que será o Diretor da Escola, enquanto que pelo Art. 1º a transformação da Escola em Fundação só ocorrerá após a

aprovação de seu Estatuto. Este, elaborado dentro de 60 dias depois da aprovação da Lei será ainda submetido ao Conselho Federal de Educação. E' evidente a inconveniência de tomar as providências de nomeação de novo Diretor antes de realizar a transformação da Escola em Fundação, o que exigirá:

— elaboração do projeto de Estatuto;
 — aprovação pelo Conselho Federal de Educação;
 — aprovação do ato pelo Presidente da República; e
 — inscrição no Cartório de Registro Civil.

Por outro lado, até mesmo o prazo de duração de mandato do Diretor da Escola será ainda estabelecido no Estatuto a ser elaborado.

Torna-se, assim, desaconselhável a escolha de Diretor na fase de organização da nova instituição, evitando-se uma descontinuidade administrativa, até a nomeação do Diretor-Presidente".

CONCLUSÃO

O veto foi aposto dentro do prazo constitucional, tendo sido invocado fundamento previsto na mesma Carta Magna (art. 70, § 1º).

Ao Congresso Nacional cabe, em face do exposto, manifestar-se sobre o presente veto parcial.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1965. — Ruy Santos, Presidente. Dirceu Cardoso, Relator. — Manoel Vilaça — Mello Braga — Miguel Couto — Argilano Dario.

MENSAGEM

Nº 292, DE 1965

(Nº 521, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70,

§ 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.753-D-65 (no Senado nº 108-65), que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências.

Incidindo o veto sobre o parágrafo único do artigo 9º, que considero contrário aos interesses nacionais.

Razões:

O parágrafo vetado conflita com outros dispositivos do projeto, uma vez que estabelece prazo de 30 dias para que a Congregação da Escola encaminhe a lista de 3 (três) professores, dentre os quais será escolhido o Presidente da Fundação, que será o Diretor da Escola, enquanto que pelo art. 1º a transformação da Escola em Fundação só ocorrerá após a aprovação de seu Estatuto. Este, elaborado dentro de 60 dias depois da aprovação da Lei, será ainda submetido ao Conselho Federal de Educação.

E' evidente a inconveniência de tomar as providências de nomeação de novo Diretor antes de realizada a transformação da Escola em Fundação, o que exigirá:

— elaboração do projeto de Estatuto;
 — aprovação pelo Conselho Federal de Educação;
 — aprovação do ato pelo Presidente da República e
 — inscrição no Cartório de Registro Civil.

Por outro lado, até mesmo o prazo de duração de mandato do Diretor da Escola será ainda estabelecido no Estatuto a ser elaborado.

Torna-se, assim, desaconselhável a escolha de Diretor na fase de organização da nova instituição, evitando-se uma descontinuidade administrativa, até a nomeação do Diretor-Presidente.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 14 de julho de 1965. — H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em Fundação e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, federalizada pela Lei nº 3.271, de 30 de setembro de 1957, fica transformada em Fundação, nos termos da Lei nº 4.024, de 2 de dezembro de 1961 e desta Lei, mediante a aprovação de seu Estatuto.

Parágrafo único. O ato constitutivo da Fundação será aprovado pelo Poder Executivo e inscrito no Registro Civil, figurando como instituidor o Governo Federal.

Art. 2º A Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro terá personalidade jurídica, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, e gozará de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar.

Art. 3º A manutenção da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro no corrente exercício correrá a conta das verbas consignadas, no vigente Orçamento da República, para a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, o qual deverá destinar, anualmente, recursos para a manutenção e desenvolvimento do estabelecimento, nos termos do art. 21 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 4º O patrimônio da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro será constituído de:

a) bens móveis e imóveis que foram incorporados ao patrimônio da União, em cumprimento à Lei nº 3.271, de 30 de dezembro de 1957;

b) os saldos dos exercícios financeiros;

c) os auxílios, doações e legados, recebidos de entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Ficam transferidos para a Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro todos os direitos decorrentes da desapropriação a que se refere o Decreto nº 53.335, de 23 de dezembro de 1963.

Art. 5º A receita da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro provém de:

a) auxílio global, para manutenção e desenvolvimento, inscrito anualmente no Orçamento da União, por força do art. 21, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;

b) rendas patrimoniais;

c) rendimentos de serviços prestados;

d) contribuição escolar.

Art. 6º A Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro poderá importar, com isenção de impostos alfandegários, excusada a taxa de despacho aduaneiro, os equipamentos de laboratórios, as publicações, os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza de que necessitar para o seu funcionamento, desde que não tenham similar na indústria nacional.

Art. 7º Aos atuais servidores dos quadros do Ministério da Educação e Cultura, lotados na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, fica assegurado o direito de optarem, dentro de 90 (noventa) dias, pela situação em que se encontram ou pela de empregados regulados pelas leis trabalhistas.

§ 1º Os funcionários que optarem pela permanência no Quadro a que pertencem continuarão em exercício na Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, na qualidade de pessoal cedido, sem prejuízo de suas vantagens.

§ 2º Os cargos integrantes dos Quadros do Ministério da Educação e Cultura, ocupados por funcionários que optarem pelo Quadro próprio da Fundação, serão considerados extintos, efetuando-se supressões dos cargos iniciais à medida que se vagarem.

§ 3º Ficam suprimidas as funções gratificadas atualmente existentes nos Quadros do Ministério da Educação e Cultura, com lotação na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Art. 8º A Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, dentro de 60 (sessenta) dias, organizará o projeto de seu Estatuto, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Educação.

Art. 9º A Fundação será dirigida pelos:

a) Presidente, que será o Diretor da Escola, nomeado pelo Presidente da República, de uma lista tripartite de professores catedráticos, eleitos pela Congregação, em três escrutínios, por votação uninominal e secreta;

b) Congregação, composta dos professores catedráticos, dos ocupantes de cátedras em exercício e de representantes dos docentes não catedráticos e do corpo discente;

c) Conselho Departamental, composto dos Chefes dos Departamentos e de representantes do corpo discente;

d) Conselho de Curadores, composto de 6 (seis) membros efetivos e de 6 (seis) suplentes, com mandatos de 6 (seis) anos renováveis pelo terço de dois em dois anos.

Parágrafo único. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias a partir da vigência da presente Lei a Congregação da Escola encaminhará a lista mencionada na letra "a".

Art. 10. Os membros do Conselho de Curadores serão nomeados pelo Presidente da República dentre pessoas de notório saber e ilibada reputação.

Art. 11. Compete ao Conselho de Curadores aprovar o orçamento anual, fiscalizar a sua execução, bem como

aprovar modificações no decurso do exercício e autorizar os atos do Presidente da Fundação não previstos no Estatuto.

Art. 12. Os cargos do magistério serão providos de acordo com o artigo 168 da Constituição Federal e a legislação federal específica.

Art. 13. A Diretoria da Fundação prestará contas, anualmente, ao Tribunal de Contas da União.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

DISPOSITIVO VETADO

1) Parágrafo único do artigo 9º.

RELATÓRIO

Nº 77, de 1965

Da Comissão Mista, sobre o veto após o Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 1965, (nº 2.736-B-65, na Câmara dos Deputados), que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares.

Relator: Senador Lino de Matos.

Com fundamento nos artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, o Sr. Presidente da República negou parcialmente sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.736-B-65, que no Senado Federal tramitou sob número 103, de 1965.

O PROJETO VETADO

O projeto vetado teve origem em mensagem do titular do Poder Executivo (nº 164, de 9 de abril de 1965), acompanhada de Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Fazenda e de anteprojeto de lei.

A proposição exclui do regime de licença prévia e de visto consular os produtos, bens, materiais e equipamentos militares cedidos ao Brasil, por força de tratados ou acordos de assistência militar (art. 1º). Estende a medida às importações de armamento, materiais e equipamentos, sem similar estrangeiro registrado (art. 2º), condicionada essa exclusão à declaração do titular da pasta militar interessada, com prévia autorização do Presidente da República (artigo citado, parágrafo único).

A TRAMITAÇÃO

São esses os dispositivos dominantes do projeto, que teve andamento regular na Câmara dos Deputados, onde recebeu apenas uma emenda na Comissão de Constituição e Justiça, no sentido de determinar a inclusão, no parágrafo único do artigo 2º, da expressão *in fine*:

"tendo sido previamente autorizado pelo Presidente da República".

Tal disposição foi incorporada ao texto e enviada ao Senado através de ofício de retificação do 1º Secretário da Câmara. Obtido o pronunciamento favorável da Comissão de Finanças da Câmara Alta, foi a matéria incluída em Ordem do Dia aprovada em sessão de 24 de junho do ano em curso, na mesma data votada a redação final e remetida à sanção a 6 de julho.

O VETO

A negativa de sanção incidiu exatamente sobre a única alteração introduzida pelo Congresso no anteprojeto governamental, vale dizer, na emenda da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

O dispositivo original tinha a seguinte redação:

"Art. 2º

Parágrafo único. A exclusão a que se refere o presente artigo ficará condicionada, em cada caso, a declaração do titular da Pasta respectiva, de que a importação se destina a fins exclusivamente militares e são de interesse para a segurança nacional".

A emenda aprovada acrescentava expressão *in verbis*:

"tendo sido previamente autorizado pelo Presidente da República".

Ac justificar a negativa parcial de sanção às aludidas palavras, o Senhor Presidente da República apresentou as seguintes razões:

a) que a proposição visa a facilitar a aquisição de armamentos, materiais e equipamentos, sem similar registrado;

b) que a prévia autorização presidencial em tais casos, além de ampliar os encargos do titular do Poder Executivo, estendendo-os a aspectos de pouca monta, dificultará o processo de aquisição;

c) que tal aquisição há de ser simplificada, tendo em vista ser ela realizada exclusivamente para fins de segurança nacional;

d) que a medida consagrada no projeto poderá ocasionar delongas de consequências danosas aos interesses nacionais;

e) que, afinal, as facilidades preconizadas pelo projeto estão cercadas das cautelas indispensáveis.

O veto é temporário, desde que foi oferecido a 14 de julho, dentro, portanto, do decênio a que se refere o artigo 70, § 1º, da Constituição Federal.

E o que nos cumpria relatar.

Sala das Comissões, 25 de agosto de 1965. — Sebastião Archer, Presidente; Lino de Matos, Relator; José Bezerra, Gaioso e Almeida; José Barbosa; Edison Garcia.

MENSAGEM

Nº 293, de 1965

(Nº 322, na origem)

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os arts. 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.736-B-65 (no Senado nº 103-65), que exclui o regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares.

Incide o veto sobre as seguintes expressões, constantes do parágrafo único do art. 2º: "Tendo sido previamente autorizado pelo Presidente da República", que considero contrárias aos interesses nacionais.

Razões

A proposição em exame, pretendendo, tendo em vista a segurança nacional, facilitar as importações de armamento, materiais e equipamentos, sem similar nacional registrado.

Foi, assim, propositadamente que não figurou a exigência do dispositivo ora vetado, uma vez que a autorização prévia do Presidente da República para essas importações, além de ampliar os encargos do Chefe do Executivo, que seriam estendidos até pequenos problemas administrativos, dificultará o processamento da aquisição de material militar, que deve ser simplificado, por se destinar a fins exclusivamente de segurança nacional.

A autorização prévia do Presidente da República poderá ocasionar atrasos nas importações, com consequências danosas aos interesses do País.

Cumpra ressaltar, finalmente, que a concessão das facilidades previstas no projeto está cercada das cautelas necessárias, pois ficará condicionada, em cada caso, a declaração do titular da Pasta respectiva, de que as importações se destinam a fins exclusivamente militares e são de interesse para a segurança nacional.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 14 de julho de 1965. — H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares.

Art. 1º. São excluídos do regime de licença prévia e de visto consular os produtos, bens, materiais e equipamentos militares cedidos ao Brasil por força de tratados ou acordos de assistência militar.

Art. 2º. São também excluídas do regime de licença prévia e, quando for o caso, da exigência do certificado de cobertura cambial, bem como do visto consular, as importações de armamento, materiais e equipamentos, sem similar nacional registrado, desde que consignadas aos Ministérios Militares ou por estes realizadas diretamente, à conta de créditos orçamentários próprios, transferidos para o exterior.

Parágrafo único. A exclusão a que se refere o presente artigo ficará condicionada, em cada caso, a declaração do titular da Pasta respectiva, de que a importação se destina a fins exclusivamente militares e são de interesse para a segurança nacional, tendo sido previamente autorizado pelo Presidente da República.

Art. 3º. O Poder Executivo baixará, no prazo de 30 (trinta) dias a regulamentação desta lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à obrigatoriedade nos Estados estrangeiros.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

DISPOSITIVO VETADO

1) No parágrafo único do art. 2º as expressões: "tendo sido previamente autorizado pelo Presidente da República".

RELATÓRIO

Nº 78, de 1965

Da Comissão Mista, incumbida de apreciar o veto parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1965 (nº 2.793-B-65, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e às outras providências.

Relator: Sr. Cattete Pinheiro

O Senhor Presidente da República, usando das atribuições que lhe conferem os Artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolveu vetar, parcialmente, como contrário aos interesses nacionais, o Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1965, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e às outras providências.

TEMPESTIVIDADE DO VETO

O veto presidencial obedeceu ao decurso prescrito pela Constituição Federal, no seu Artigo 70, § 1º

O PROJETO

O Projeto de Lei sobre o qual incidu o veto presidencial teve a sua origem na Mensagem nº 247, de 3 de maio de 1965, com a qual o Poder Executivo submeteu à apreciação do Congresso Nacional, projeto de Lei, disciplinando e codificando as normas de fiscalização e inspeção de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação dos animais.

O projeto englobava, nos seus nove artigos e parágrafos, medidas destinadas a proteger, com dispositivos administrativos e técnicos, a alimentação dos animais, cercando a sua produção e distribuição de normas de fiscalização e de análise capazes de garantir a perfeição dos produtos.

A TRAMITAÇÃO

Tramitando normalmente na Câmara dos Deputados, a proposição recebeu duas emendas, uma na Comissão de Agricultura e uma de autoria do Sr. Deputado Paulo Montans.

A emenda da Comissão de Agricultura retirava do Projeto e seu Artigo 8º as alíneas "f" e "i" e o parágrafo único do mesmo Artigo, assim redigidos:

"f) a fixação das taxas de registro e análise previstas na alínea "b" deste Artigo;

i) as penalidades a serem aplicadas por infrações cometidas.

Parágrafo único. As taxas, multas e outras rendas, decorrentes da execução desta Lei serão obrigatoriamente recolhidas ao Fundo Agropecuário e adjudicadas ao órgão arrecadador, para financiamento de campanhas visando ao aumento e aprimoramento da ração animal".

A segunda emenda atingiu o Artigo 6º do Projeto, na sua parte final, determinando que:

Art. 6º "será privativo de veterinários, agrônomos e técnicos, portadores de diplomas devidamente registrados nos órgãos oficiais".

Essas emendas foram aprovadas pelo Plenário da Câmara dos Deputados, integrando o Projeto submetido à apreciação do Senado.

A Câmara Alta aceitou a proposição nos seus termos, aprovou-a, remetendo-a à sanção do Sr. Presidente da República.

O DISPOSITIVO VETADO

Incidu o veto presidencial exatamente sobre a expressão "e técnicos", incluída no Artigo 6º, por força da emenda aprovada, como foi dito acima.

AS RAZÕES DO VETO

O Senhor Presidente da República, justificando o seu veto parcial, tece considerações sobre o fato de que, somente em cursos regulares de agronomia e de veterinária, são ministrados os ensinamentos indispensáveis ao exercício de encargo para o qual se faz mister o conhecimento de nutrição animal.

Sendo, como é, destinado a disciplinar matéria de alta relevância, o Projeto não poderia encerrar matéria que dilata demasiadamente o direito que deve ser privativo de profissionais realmente habilitados.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, cremos estarem os Srs. Congressistas habilitados a bem apreciar o veto parcial aposto

pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei nº 117, de 1965.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1965. — José Guionard, Presidente. — Catete Pinheiro, Relator. — Vasconcelos Torres — Manoel de Almeida — João Mendes Olimpio — Oscar Cardoso.

MENSAGEM

Nº 294, DE 1965

(Nº 527, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei na Câmara nº 2.793-B de 1965 (no Senado nº 117-65) que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos, e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências.

Incide o veto sobre a expressão "e técnicos", constante do artigo 6º, que considero contrário aos interesses nacionais.

Razões:

O dispositivo, tal como está redigido, estende a qualquer técnico um encargo para o desempenho do qual se faz mister o conhecimento de "nutrição animal", ciência esta que, em nosso país, só é ministrada nos cursos de medicina veterinária e engenharia agrônoma.

Sendo assim, deve ser mantido o princípio de privatividade, constante do projeto original encaminhado pelo Poder Executivo, atendendo ao seu objetivo que é o de comercialização de alimentos explorados economicamente e destinados aos animais.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 15 de julho de 1965. — H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É estabelecida a obrigatoriedade da inspeção e fiscalização sob o ponto de vista industrial, comercial, bromatológico e higiênico-sanitário de todas as matérias-primas, produtos e subprodutos, de origem animal, vegetal, mineral e biológicos, recebidos, manipulados, preparados, transformados e acondicionados, armazenados e em trânsito, que forem destinados à alimentação dos animais.

Parágrafo único. A inspeção e fiscalização de que trata o presente artigo serão extensivas aos ingredientes, aditivos, alimentos e produtos preparados, suas fórmulas e misturas, seja qual for a sua denominação, desde que empregados ou que sejam suscetíveis de emprego na alimentação animal.

Art. 2º A inspeção e a fiscalização previstas na presente Lei far-se-ão:

a) nos estabelecimentos que fornecem matérias-primas destinadas ao preparo desses alimentos;

b) nos portos e postos de fronteiras quando se tratar de comércio interestadual e importação e exportação de matérias-primas e alimentos preparados;

c) nas indústrias;

d) nos armazéns, inclusive de cooperativas, e casas atacadistas e varejistas;

e) em quaisquer outros locais previstos na regulamentação da presente Lei.

Art. 3º São competentes para realizar a inspeção e fiscalização estabelecidas pela presente Lei:

a) O Ministério da Agricultura, por intermédio de seus órgãos competentes, privativamente, nos estabelecimentos constantes do art. 2º desta Lei, que façam comércio interestadual e internacional, no todo ou em parte;

b) As Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, nos estabelecimentos referidos nas alíneas a, c, d e e do art. 2º citado, que façam apenas comércio municipal ou intermunicipal.

Parágrafo único. Mediante convênio, poderá o Ministério da Agricultura delegar a atribuição prevista na alínea a às Secretarias de Agricultura ou órgãos correspondentes nos Estados, Territórios e Distrito Federal.

Art. 4º A inspeção ou fiscalização do Ministério da Agricultura, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único do art. 3º, isentará o estabelecimento ou local da fiscalização ou inspeção estadual ou municipal, ficando expressamente vedada a duplicidade de fiscalização.

Art. 5º Somente as pessoas físicas ou jurídicas, inclusive cooperativas, associações de classes e entidades congêneres, devidamente registradas no órgão competente do Ministério da Agricultura, poderão receber, manipular, preparar, acondicionar, armazenar, distribuir ou vender matérias-primas ou alimentos manipulados para animais.

Art. 6º A responsabilidade técnica das fábricas de rações será privativa de veterinários, agrônomos e técnicos portadores de diploma, devidamente registrados nos órgãos oficiais.

Art. 7º O Poder Executivo, através do Ministério da Agricultura, baixará, no prazo de 90 (noventa) dias, o regulamento e demais atos complementares que se fizerem necessários para o cumprimento das disposições contidas na presente Lei.

Art. 8º A regulamentação de que trata a presente Lei abrangerá:

a) a definição e classificação dos estabelecimentos e firmas;

b) as exigências para o registro, inclusive de revendedores de produtos destinados à alimentação animal;

c) as exigências mínimas para construção, instalação, equipamentos e condições sanitárias adequadas dos estabelecimentos;

d) a obrigatoriedade do fornecimento de dados estatísticos;

e) as normas e rotinas de inspeção a serem adotadas nas fases de recebimento, manipulação, preparação, acondicionamento, armazenagem, distribuição e venda de matérias-primas e alimentos preparados;

f) a fixação de normas e características de rações concentradas, suplementos, misturas minerais e vitamínicas, destinados à alimentação dos animais de diversas espécies e idades, bem como toda a matéria-prima, produtos e subprodutos de origem animal, vegetal, mineral e biológicos;

g) as normas para o uso e o registro de fórmulas, rótulos e etiquetas;

h) as normas para fiscalização do comércio, tanto de matérias-primas como de alimentos preparados;

i) a nomenclatura e especificação das matérias-primas destinadas à alimentação animal;

j) ao análise que se fizerem necessárias e as técnicas analíticas a serem adotadas;

l) quaisquer outras exigências ou detalhes que se tornarem necessários para melhor eficiência dos trabalhos de inspeção prevista nesta Lei ou em seu regulamento;

m) o trânsito do ingrediente, alimentos e produtos destinados à alimentação animal;

n) as obrigações das firmas responsáveis pelas atividades previstas no art. 2º.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

DISPOSITIVO

VETADO

1) No artigo 6º, a expressão: "e técnicos".

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — É o Congresso Nacional chamado a se pronunciar, nesta sessão conjunta, sobre vetos presidenciais a três proposições legislativas, a saber:

Projeto de Lei nº 2.753-B-65 na Câmara e nº 108-65 no Senado, que transforma a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em fundação e dá outras providências;

Projeto de Lei nº 2736-B-65 na Câmara e nº 101-65 no Senado, que exclui do regime de prévio licenciamento e de visto consular importações realizadas pelos Ministérios Militares;

Projeto de Lei nº 2.793-B-65, na Câmara e nº 117-65 no Senado, que dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências.

Trata-se de vetos parciais. De cada projeto foi atingida uma disposição.

A discussão será separadamente, relação a matéria vetada de cada projeto. A votação será simultânea, sendo usadas três cédulas, de acordo com a discriminação constante dos autos da Ordem do Dia, colocadas numa só sobrecarta.

Em discussão a matéria do primeiro veto.

Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em discussão o segundo veto.

Não há manifestação da Casa. Encerrada a discussão.

Em discussão a matéria do terceiro veto.

Está inscrito o Sr. Deputado Zaire Nunes a quem dou a palavra.

O SR. ZAIRE NUNES:

(Sem voto do orador) — Senhor Presidente: Srs. Congressistas, não é sem constrangimento que venho à tribuna, neste momento em que já vejo os Srs. Congressistas em fila se aprestando para votar. No entanto, não quero deixar transitar em julgado esta matéria, sem ao menos dizer algumas palavras a respeito do veto aposto pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei nº 2.793-B, na Câmara, e 117 no Senado Federal.

A ementa do Projeto é a seguinte:

"Dispõe sobre a inspeção e fiscalização de ingredientes, alimentos e produtos destinados à alimentação animal e dá outras providências."

O art. 6º do Projeto, no qual o Senhor Presidente da República entendeu de vetar a expressão "e técnicos", está vazado nos seguintes termos:

"A responsabilidade técnica das fábricas de rações será privativa de veterinários, agrônomos e técnicos portadores de diploma devidamente registrados nos órgãos oficiais".

O veto aposto pelo Senhor Presidente da República fundamenta-se nas seguintes razões:

"O dispositivo, tal como está redigido, estende a qualquer técnico um encargo para o desempenho do qual se faz mister o conhecimento de "nutrição animal", ciência esta que, em nosso País, só é ministrada nos cursos de Medicina Veterinária e Engenharia Agrônoma.

Sendo assim, deve ser mantido o princípio de privatividade, constante do projeto original encaminhado pelo Poder Executivo, atendendo ao seu objetivo que é o de comercialização de alimentos explorados economicamente e destinados aos animais.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional."

Aconselhado pela sua assessoria, incorreu o Senhor Presidente da República num equívoco já que o Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, que disciplina esta matéria e que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Agrícola prevê, no parágrafo primeiro do art. 9º, dentre outros cursos, os de zootecnia e de lactínios, e o Decreto nº 21.667, da mesma data, que regulamentou a Lei Orgânica do Ensino Técnico previu para os currículos das escolas técnicas de zootecnia e de lactínios a cadeira de Alimentação de Animais. Portanto, não somente nos cursos de agronomia e veterinária há essa cátedra.

Assim, técnicos rurais, agrotécnicos e técnicos agrícolas titulados por escolas da maior tradição deste País — como a Escola Técnica de Agricultura de Viçosa, no meu Estado, a Escola Visconde da Graça, em Pelotas, a Escola de Piracicaba, no Estado de São Paulo — ficarão privados de exercer uma profissão para a qual estão habilitados.

Quero deixar aqui, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a advertência de que a aceitação do veto correspondente à cédula nº 3 criará uma situação iniqua para esses técnicos que estão habilitados para o exercício profissional. Num País como o nosso, que não dispõe de agrônomos e veterinários em número suficiente para exercer a profissão, é incrível estejamos privando homens habilitados para exercer uma profissão das mais singelas de administrar uma fábrica de alimentos para animais.

Era este, Sr. Presidente, o registro que queria consignar nos Anais do Congresso Nacional. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondim) — Não há mais oradores inscritos.

Vai-se proceder à votação, que se fará de sul para norte. Primeiro serão chamados os representantes dos territórios, depois os dos Estados e, finalmente, os Membros da Mesa.

Antes, porém, do Sr. Primeiro Secretário proceder à chamada, convido para escrutinadores os Srs. Senadores: Martins Júnior, Pedro Carneiro, Celso Branco, Gastão Müller, juntamente com os Srs. Deputados: José Mandelli e Laurentino Pereira.

O Sr. Primeiro Secretário vai proceder à chamada.

(Procede-se à chamada).

Respondem à chamada e votam os Srs. Senadores:

Goldwasser Santos
José Guimard
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Martins Junior
Pedro Carneiro
Moura Pálha
Eugênio Barros
Joaquim Parente
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
José Bezerra
Manoel Villalça
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho

Josaphat Marinho
Paulo Barros
Raul Giuberti
Afonso Arinos
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Lino de Mattos
José Elias
Filinto Müller
Gastão Müller
Mello Braga
Celso Branco
Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá.

E os Srs. Deputados:

Acre:

Altino Machado — PTB.
Armando Leite — PSD.
Geraldo Mesquita — PSD.
Jorge Kallum — PSD.
Mário Maia — PTB.
Rui Lino — PTB.
Wanderley Dantas — PSD.

Amazonas:

Abrahão Sabbá — PSD.
Djalma Passos — PTB.
João Veiga — PTB.
Leopoldo Peres — PSD.
Manoel Barbuda — PTB.
Paulo Coelho — PDC.
Wilson Calmon — PSP.

Pará:

Adriano Gonçalves — UDN.
Burlamaqui de Miranda — PSD.
Gabriel Hermes — UDN.
João Meneses — PSD.
Lopo Castro — PSP.
Stelio Maroja — PSP.
Carvalho da Silva — PTB.

Maranhão:

Joel Barbosa — PSD.

Piauí:

Chagas Rodrigues — PTB.
Dyrno Pires — PSD.
Ezequias Costa — UDN.
Gayoso e Almendra — PSD.
Heitor Cavalcanti — UDN.
Laurentino Pereira — PSD.
Moura Santos — PSD.
Souza Santos — UDN.

Ceará:

Alfredo Barreira — UDN.
Alvaro Lins — PTB.
Dager Serra — PTB.
Edilson Melo Távora — UDN.
Esmerino Arruda — PSD.
Flávio Marcílio — PTB.
Francisco Adeodato — PTN.
Furtado Leite — UDN.
Leão Sampaio — UDN.
Lorenço Colares — PTB.
Martins Rodrigues — PSD.
Oziris Pontes — PTB.
Ubirajara Ceará — PRP.

Paraíba:

Ernany Sátiro — UDN.
Flaviano Ribeiro — UDN.
Raul de Goes — UDN.

Pernambuco:

Aderbal Jurema — PSD.
Alde Sampaio — UDN.
Andrade Lima Filho — PTB.
Arruda Câmara — PDC.
Augusto Novais — UDN.
Aurino Valois — PTB.
Bezerra Leite — PTB.
Costa Cavalcanti — UDN.
Geraldo Guedes — PSD.
José Carlos Guerra — N.
Luiz Pereira — PST.
Machado Melo — UDN.
Milvernes Lima — PTB.
Ney Maranhão — PTB.
Nilo Coelho — PSD.

Alagoas:

Aloysio Nono — PTB.
Medeiros Neto — PSD.
Pereira Lúcio — UDN.

Sergipe:

Arnaldo Garcez — PSD.
Francisco Macedo — PTB.
José Carlos Teixeira — PSD.
Lourival Batista — UDN.
Machado Rollemberg — UDN.
Walter Batista — PSD.

Bahia:

Aloyso Short — UDN (4-12-65).
Antônio Carlos Magalhães — UDN.
Clemens Sampaio — PTB.
Cícero Dantas — PSP.
Edvaldo Flores — UDN (4-12-65).
Heitor Dias — UDN.
João Alves — PTB.
Josaphat — Azevedo — PTN.
Josaphat Borges — PSD.
Luna Freire — PTB.
Manoel Novais — PTB.
Manso Cabral — PTB.
Necy Novais — PTB.
Oscar Cardoso — UDN.
Raimundo Brito — PTB.
Regis Pacheco — PSD.
Ruy Santos — UDN.
Teófilo de Albuquerque — PTB.
Vasco Filho — UDN.
Vieira de Melo — PSD.
Gastão Pedreira — PTB.

Espírito Santo:

Argulano Dario — PTB.
Bagueira Leal — UDN (19-11-65).
Dirceu Cardoso — PSD.
Dulcino Monteiro — UDN.
Oswaldo Zanello — PRP.

Rio de Janeiro:

Adahuri Fernandes — PTB (4 de dezembro de 1965).
Adolpho Oliveira — UDN.
Afonso Celso — PTB.
Ario Teodoro — PTB.
Bernardo Bello — PSP.
Carlos Werneck — PDC.
Dado Coimbra — PSD.
Edésio Nunes — PTB.
Fontes Torres — PSB.
Geremias Fontes — PDC.
Humberto El Jaick — PTB (4 de dezembro de 1965).
Jorge Sai-Cudy — PTB (3 de novembro de 1965).
Josemaria Ribeiro — PTB.
Raymundo Padilha — UDN.
Roberto Saturnino — PSB.

Guanabara:

Adauto Cardoso — UDN.
Afonso Arinos Filho — PDC (M.E.).
Alomar Balceiro — UDN.
Arnaldo Nogueira — UDN.
Aureo Melo — PTB.
Benjamin Farah — PTB.
Breno da Silveira — PTB.
Cardoso de Menezes — UDN.
Eurico Oliveira — PTB.
Expedito Rodrigues — PTB.
Jamil Amiden — PTB.
Nelson Carneiro — PSD.
Noronha Filho — PTB.

Minas Gerais:

Adair Murta — UDN (4-12-65).
Abel Rafael — PRP.
Aécio Cunha — PR.
Bia Fortes — PSD.
Carlos Murilo — PSD.
Celso Murta — PSD.
Dinar Mendes — UDN.
Generoso Celso — PDC (4-12-65).
Gustavo Capanema — PSD.
Jaeder Albergaria — PSD.
José Humberto — UDN (S.E.).
Manoel de Almeida — PSD.
Nogueira de Rezende — PR.
Ormeo Botelho — UDN.
Oscar Corrêa — UDN.
Ozanam Coelho — PSD.
Padre Nobre — PTB.
Padre Vidigal — PSD.
Paulo Freire — PTB.
Pedro Aleixo — UDN.
Pinheiro Chagas — PSD.
Rondon Pacheco — UDN.
Último de Carvalho — PSD.
Walter Passos — PR.

São Paulo:

Adrião Bernardes — PST.
Alceu de Carvalho — PTB.
Antonio Falciano — PSD.
Athie Coury — PDC.
Batista Ramos — PTB.
Campos Vergai — PSP.
Celso Amaral — PTB.
Condeixa Filho — PSP (S.E.).
Cunha Bueno — PSD.
Dias Menezes — PTN.
Derville Alegretti — MTR.
Ewaldo Pinto — MTR.
Franco Montoro — PDC.
Germinai Feijó — PTB.
Harry Normaton — PSP.
Hamilton Prado — PTN.
Helcio Maghenzani — PTE.
Italo Fittipaldi — PSP.
João Lisboa — PTB (25-11-65).
José Barbosa — PTB.
Lacorte Vitale — PTB.
Lauro Cruz — UDN.
Levy Favares — PSD.
Maurício Goulart — PTN.
Nicolau Tuma — UDN.
Paulo Lauro — PSP (1-12-65).
Pinheiro Brisolla — PSP.
Plínio Salgado — PRP.
Teófilo Andrade — PDC.
Tufy Nassif — PTN.
Ulysses Guimarães — PSD.
Yukishigue Tamura — PSD.

Goiás:

Anísio Rocha — PSD.
Benedito Vaz — PSD.
Celestino Filho — PSD.
Geraldo de Pina — PSD.
José Cruciano — PSD (4 de dezembro de 1965).
Lisboa Machado — UDN (11 de novembro de 1965).
José Freire — PSD.
Rezende Monteiro — PTB.
Lizandro Paixão — PTB (9 de dezembro de 1965).

Mato Grosso:

Miguel Marcondes — PTB.
Ponce de Arruda — PSD.

Paraná:

Accioly Filho — PDC.
Antonio Annibelli — PTB.
Emílio Gomes — PDC.
Ivan Luz — PRP.
Lyrio Bertolli — PSD.
Maia Neto — PTB.

Santa Catarina:

Antônio Almeida — PSD.
Carneiro de Loyola — UDN.
Lenoir Vargas — PSD.
Osni Régis — PSD.

Rio Grande do Sul:

Adílio Viana — PTB.
Afonso Anschau — PRP.
Ary Alcântara — PSD.
Brito Velho — PL.
Cesar Prieto — PTB.
Cid Furtado — PDC.
Clóvis Pestana — PSD.
Croacy de Oliveira — PTB.
Euclides Triches — PDC.
Flôres Soares — UDN.
Florêncio Paixão — PTB.
Giordano Alves — PTB.
Jairo Erum — MTR.
José Mandelli — PTB.
Lino Braun — PTB.
Luciano Machado — PSD.
Marcial Terra — PSD.
Matheus Schmidt — PTB.
Norberto Schmidt — PL.
Osmar Grafulha — PTB.
Peracchi Barcelos — PSD.
Raul Pila — PL.
Ruben Alves — PTB.
Unirio Machado — PTB.
Zaire Nunes — PTB.

Amapá:

Dalton Lima — PSP (27-11-65).
Rondônia Morhy — PSP.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Encerrada a votação.

O SR. CLEMENS SAMPAIO:

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra, pela ordem.

O SR. CLEMENS SAMPAIO:

(Questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, consultaria V. Exa. se poderia levantar uma questão de ordem sobre matéria que não diz respeito ao processo de votação, apenas para aproveitar a oportunidade, enquanto os escrutinadores processam a apuração dos votos para anunciar a Casa, o resultado da votação, eu enunciaria o assunto desejado, que objetiva a solicitar da Mesa providências — que entendo urgentes — a serem tomadas pelo Congresso Nacional. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Sr. Deputado Clemens Sampaio, a questão de ordem sómente poderia ser levantada se se referisse a matéria em exame. Neste momento, estamos até no ato material de contagem de cédulas. Solicito, portanto, a V. Exa. levantar sua questão de ordem em outra oportunidade.

O SR. CLEMENS SAMPAIO — Então, Sr. Presidente, vou aguardar o término da contagem dos votos e, logo após o anúncio do resultado da votação, levantarei a questão de ordem pretendida. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Foram encontradas 261 cédulas, coincidindo com o número de votantes. Vai-se proceder à contagem dos votos. (Procede-se à apuração).

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Está concluída a apuração, que acusa o seguinte resultado:

Cédula nº 1 — Dispositivo a que se refere:

1º Veto — Parágrafo único do art. 9º (Totalidade).

Sim — 117 votos.

Não — 128 votos.

Em branco — 13 votos.

O veto foi mantido.

Cédula nº 2.

2º Veto — Do parágrafo único do art. 2º, as palavras "... tendo sido previamente autorizada pelo Presidente da República".

Sim — 68 votos.

Não — 131 votos.

Em branco — 12 votos.

O veto foi mantido.

Cédula nº 3.

3º Veto — Do art. 6º, as palavras: "e técnicos".

Sim — 67 votos.

Não — 173 votos.

Em branco — 18 votos.

O veto foi mantido.

Declaro mantidos todos os vetos. (Pausa).

Antes de encerrar a sessão, dou a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Clemens Sampaio.

O SR. CLEMENS SAMPAIO:

(Pela ordem — Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Senhores Congressistas, não obstante estarmos no fim desta sessão, quando o plenário se encontra praticamente vazio, com a presença apenas de um eminente Senador e um ilustre Deputado, agora os nobres Parlamentares que se encontram na Mesa, quero tratar de assunto que entendo da maior importância para o País e para a democracia. Estão os partidos políticos ameaçados de não sobreviver a essa legislação que recentemente a votamos e que foi em parteacionada pelo Sr. Presidente da República. Considerando o fato de ter S. Exa. vetado alguns artigos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, inclusive parte do Art. 78, em que dava o prazo de dois anos para reorganização e reforma dos Estatutos, nos termos desta legislação; considerando que o Superior Tribunal Eleitoral provavelmente não se sente em condições de baixar instruções para a execução desta lei, porque os vetos do Sr. Presidente da República ainda não foram devidamente apreciados pelo Congresso Nacional e, no caso de virem a ser derubados, criar-se-ia uma situação difícil e — por que não dizer, — até de constrangimento para aquela Egrégia Corte, porquanto essa instrução seria inócua, pergunto se as Mesas do Senado e da Câmara se o Senhor Presidente do Senado da República e o Sr. Presidente da Câmara, tão pressuroso quanto às reformas legislativas por S. Exa. anunciadas à Nação que deixa ao léu providências tão sérias, tão importantes quanto estas, colocando também em posição difícil o próprio Congresso Nacional — já determinaram dia e hora para realização da sessão destinada à apreciação desses vetos do Sr. Presidente da República.

Isto porque, no máximo, de acordo com esta legislação que aqui está, os partidos políticos só disporão de 57 dias para o trabalho de fichamento dos filiados partidários em todo o Brasil a fim de poderem sobreviver.

Sr. Presidente, como Congressista, como Deputado confesso a V. Exa.

que me sinto profundamente decepcionado com esses entendimentos de comadres que ainda se processam nesta República, não obstante se falar tanto na revolução que se realizou visando a mudança de métodos, de costumes. Isto deixa bem claro que se mudou apenas o rótulo, mas o conteúdo continua o mesmo, daí para pior. E a Nação haverá de, certamente, sentir no amanhã a liquidação dos partidos políticos brasileiros e, consequentemente, da democracia brasileira, pela inoperância, pela incoerência, pela omissão do Congresso Nacional, que não atende a Constituição, que não atende ao que está estabelecido no seu Regimento, que não atende, portanto, aos interesses gerais da Nação.

Como Deputado do Partido Trabalhista Brasileiro, Sr. Presidente, partido de oposição ao Governo da República, não posso deixar passar esta oportunidade sem levantar minha voz de protesto e pedir a V. Exa., em nome do meu partido, por cuja liderança na Câmara dos Deputados respondo neste momento, que anuncie a sessão, marcando dia e hora, em que deveremos apreciar esses vetos do Senhor Presidente da República.

Estou certo de que V. Exa., nobre Presidente que eventualmente dirige os trabalhos desta Casa, para honra, para satisfação e para felicidade nossa, com o seu patriotismo, com a sua vontade de servir ao Brasil, haverá de acolher esta questão de ordem, tranquilizando-nos e a todos os partidos políticos do País, agora aqueles que se encontram no Governo e que quer, mais uma vez, golpear as instituições, levando-nos ao caos, senão à vergonha — quem sabe? — de uma ditadura que manobras a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE — (Guido Mondin) — Deputado Clemens Sampaio, seria difícil, nesta oportunidade, marcar data para o veto. Levarei, entretanto, ao conhecimento do Senhor Presidente do Senado a questão de ordem levantada por V. Exa.

Devo informar que este veto já havia sido marcado e posteriormente desmarcado, em razão de apelos, por isso que, todos sabemos, será enviada ao Congresso Mensagem com um projeto que regula a matéria objeto da proposição vetado.

Bastamos esperar. Evidentemente, evidentemente, todos nós, integrantes de partidos políticos estamos profundamente interessados nesta matéria. Portanto recomendo apenas que V. Exa. aguarde.

O SR. CLEMENS SAMPAIO — Muito obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, devo informar a V. Exa. que, em contato com a liderança, e eminente e honrado Deputado Rondon Pacheco, há cerca de 24

horas, tive de S. Exa. informação semelhante à que nos traz V. Exa. agora.

Contudo, hoje, em conversa com outros eminentes colegas, fui informado de que, na realidade, não existia essa hipótese em formulação.

Soube também que a própria Justiça Eleitoral se encontrava em dificuldades para deliberar sobre o assunto. Daí surgiu a apreensão dos meus companheiros de partido e de muitos Srs. Deputados e Senadores de diversas agremiações inclusive do partido de V. Exa. Sr. Presidente que está na iminência de desaparecer dentro de mais alguns dias, caso, a matéria não mereça a apreciação que está a reclamar do Congresso brasileiro, neste momento.

De qualquer modo, agradeço a V. Exa. a informação que nos prestou de que agora o assunto já oficialmente começa a ser anunciado à Nação de que o resultado das conversas de V. Exa. com o Sr. Presidente do Senado dará os frutos que todos nós almejamos.

Muito obrigado a V. Exa. (Muito bem).

O SR. RONDON PACHECO — Pelo a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Guido Mondin) — Tem V. Exa. a palavra.

O SR. RONDON PACHECO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, ouvi a exposição aqui feita pelo nobre Deputado Clemens Sampaio.

Se são louváveis, Sr. Presidente, as preocupações de S. Exa., tenho a declarar que compete privativamente ao Sr. Presidente do Congresso Nacional a incumbência de estabelecer datas para apreciação dos vetos o que escapa, evidentemente, à competência da liderança da Maioria.

Isto posto, Sr. Presidente, desejo declarar, ainda, que, em matéria de tal magnitude, compreendo que todas as correntes partidárias estejam interessadas na remessa de mensagem já anunciada, inclusive por V. Exa. Entretanto, o Congresso Nacional, em problema eminentemente político, relativo à vida orgânica dos nossos Partidos, que constituem o fundamento do sistema democrático representativo e republicano, não poderá omitir-se. Sobre o assunto o Congresso tem poder de iniciativa. E aqui estaremos, certamente, para, no momento oportuno, também tomar a iniciativa, para elaborar leis sobre a matéria. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Já foi anunciado o resultado da apuração quanto aos vetos.

Esta encerrada a sessão.

PÁGINA(s) ORIGINAL(s) EM BRANCO

PREÇO PASTE NÚMERO Cr\$ 1